

**HABEAS CORPUS Nº 502.600 - SC (2019/0096068-9)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : MAICON JOSE CANDIDO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de **MAICON JOSE CANDIDO** contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 08 (oito) meses de reclusão, em regime aberto, e 03 (três) dias-multa, como incurso nas sanções do artigo 155, parágrafo 4º, inciso III, c.c. art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sendo a pena privativa de liberdade substituída por restritivas de direitos.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo, nos termos do acórdão juntado às fls. 153-175, com a seguinte ementa:

*"APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE CHAVE FALSA, NA MODALIDADE TENTADA (ART. 155, § 4º, III, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL) - SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO DA DEFESA. PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO PARA A MODALIDADE SIMPLES DO DELITO - ALEGADA AUSÊNCIA DE PERÍCIA NA CHAVE - DESNECESSIDADE - APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 167 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS MEIOS COMO, IN CASU, A PROVA TESTEMUNHAL - VÍTIMA, POLICIAL RESPONSÁVEL PELO FLAGRANTE E PRÓPRIO ACUSADO QUE FORAM UNÍSSONOS ACERCA DO EMPREGO DE CHAVE "MICA" NA EMPREITADA CRIMINOSA. Desaparecidos os vestígios e não*

*sendo possível o exame de corpo de delito, a prova testemunhai poderá suprir-lhe a falta (art. 167 do CPP), de modo que, havendo fartura de relatos dando conta do emprego de chave falsa na tentativa de furto, inclusive a confissão do próprio apelante nesse sentido, não há se falar na necessidade de elaboração de laudo pericial para condenação no crime de furto, em sua modalidade qualificada (art. 155, § 4º, III, do CP). RECURSO DESPROVIDO."*

No presente **writ**, o impetrante alega que: *"a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ao dispensar a perícia sobre a qualificadora do uso de chave falsa, violou frontalmente o art. 158 do CPP e, conseqüentemente, praticou ato ilegal em desfavor do paciente."*

Igualmente, aduz: *"o Juízo sentenciante simplesmente ignorou a possibilidade de promover a substituição da pena privativa de liberdade apenas por multa, optando pela opção mais gravosa (pena restritiva de direitos) sem sequer fundamentar, de forma manifestamente ilegal."*

Requer, ao final, a concessão da liminar, para suspender os efeitos da condenação, até o julgamento definitivo deste **writ** (fls. 3-14).

É o breve relatório.

Decido.

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado.

Portanto, não se admite mais a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Na hipótese, compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator